

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 com o
relatório de Revisão dos Auditores Independentes.

TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.



Índice

Demonstrações financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações dos valores adicionados	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (“TMT” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 03 de março de 2022.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7



Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

Triângulo Mineiro Transmissora S.A.

Balanças patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.430	10.778	7.270
Contas a receber	6	2.709	4.425	3.655
Impostos a recuperar		14	16	29
Estoques		-	-	1.820
Despesas antecipadas		92	99	263
Ativo contratual	7	41.557	37.289	36.039
Outros créditos		666	667	911
		<u>57.468</u>	<u>53.274</u>	<u>49.987</u>
Ativo não circulante				
Fundos vinculados	5	13.108	12.743	13.057
Ativo contratual	7	515.062	492.528	474.582
Imobilizado	8	256	265	201
Intangível		2	16	30
		<u>528.428</u>	<u>505.552</u>	<u>487.870</u>
Total do ativo		<u>585.896</u>	<u>558.826</u>	<u>537.857</u>
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	9	81	113	748
Empréstimos e financiamentos	10	24.418	23.664	23.004
Obrigações sociais e trabalhistas		25	22	59
Obrigações tributárias	11	559	537	641
Taxas regulamentares		208	720	637
Outras obrigações	9	18.691	9.979	10.195
		<u>43.982</u>	<u>35.035</u>	<u>35.284</u>
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	29.707	54.004	77.554
Provisão para contingências		-	-	9.729
		<u>29.707</u>	<u>54.004</u>	<u>87.283</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	12	246.043	246.043	246.043
Reserva legal		12.715	10.194	7.319
Reserva especial		47.899	54.622	-
Reserva de lucros a realizar		205.550	158.928	161.928
		<u>512.207</u>	<u>469.787</u>	<u>415.290</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>585.896</u>	<u>558.826</u>	<u>537.857</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A.
 Demonstrações de resultados
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações

	Nota	Trimestre		Acumulado	
		01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
			(reapresentado)		(reapresentado)
Receita operacional líquida	13	24.319	16.561	68.783	59.859
Custo da operação	14	(10.575)	(2.954)	(13.860)	(6.753)
Lucro bruto		13.744	13.607	54.923	53.106
Despesas operacionais	14	(256)	(249)	(975)	(1.148)
Resultado bruto		13.488	13.358	53.948	51.958
Resultado financeiro líquido	15				
Receitas financeiras		401	94	912	495
Despesas financeiras		(794)	(474)	(2.738)	(3.243)
		(393)	(380)	(1.826)	(2.748)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		13.095	12.978	52.122	49.210
IRPJ e CSLL corrente	16	(498)	(375)	(1.702)	(1.442)
IRPJ e CSLL diferido		-	12.034	-	9.729
Lucro líquido do período		12.597	24.637	50.420	57.497
Lucro por ação - básico e diluído					
Quantidade de ações subscritas (lote de mil ações)				246.043	246.043
Lucro por ação - básico (em R\$)				0,205	0,234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A.
 Demonstrações dos resultados abrangentes
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares reais

	Trimestre		Acumulado	
	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Lucro líquido do período/exercício	12.597	(reapresentado) 24.637	50.420	(reapresentado) 57.497
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período/exercício	12.597	24.637	50.420	57.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares reais

	Reservas de lucro				
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucro a realizar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	246.043	7.319	-	161.928	415.290
Distribuição de dividendos aos acionistas	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	57.497	57.497
Destinação do lucro do exercício					
- Reserva especial	-	-	54.622	(54.622)	-
- Reserva Legal	-	2.875	-	(2.875)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	246.043	10.194	54.622	158.928	469.787
Distribuição de dividendos obrigatórios	-	-	(7.396)	-	(7.396)
Distribuição de dividendos - excedente	-	-	(604)	-	(604)
Transferência para reserva de lucros a realizar	-	-	(46.622)	46.622	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	50.420	50.420
Destinação do lucro do exercício					
- Reserva especial	-	-	47.899	(47.899)	-
- Reserva Legal	-	2.521	-	(2.521)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	246.043	12.715	47.899	205.550	512.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	Trimestre		Acumulado	
	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020 (reapresentado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período/exercício	12.597	24.637	50.420	57.497
Depreciação e amortização	10	10	42	39
Provisões para contingências	-	(12.261)	-	(9.729)
	12.607	12.386	50.462	47.807
Varição nos saldos de ativos e passivos				
Redução/(aumento) de Contas a Receber	1.460	(223)	1.716	(770)
Redução/(aumento) de Impostos a recuperar	-	50	2	13
Redução/(aumento) de Despesas antecipadas	36	59	7	164
Redução/(aumento) de Estoques	-	1.820	-	1.820
Redução/(aumento) de Outras contas a receber	(14)	(20)	1	244
Aumento/(redução) de Fornecedores	14	22	(32)	(635)
Aumento/(redução) de Obrigações sociais e trabalhistas	(15)	(84)	3	(37)
Aumento/(redução) de Obrigações Tributárias	(212)	(348)	22	(104)
Aumento/(redução) de Outras Obrigações	7.966	46	8.200	(133)
	21.842	13.708	60.381	48.369
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Ativo financeiro da Concessão	(13.173)	(5.593)	(26.802)	(19.196)
Adições e baixas do ativo imobilizado e intangível	-	(89)	(19)	(89)
Fundos Vinculados	(169)	158	(365)	314
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	(13.342)	(5.524)	(27.186)	(18.971)
Atividades de financiamentos				
Pagamento de amortização e encargos	(5.937)	(5.778)	(23.543)	(22.890)
Pagamento de dividendos	-	(3.000)	(8.000)	(3.000)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamentos	(5.937)	(8.778)	(31.543)	(25.890)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.563	(594)	1.652	3.508
Caixa e equivalentes no início do período	9.867	11.372	10.778	7.270
Caixa e equivalentes no fim do período	12.430	10.778	12.430	10.778
	2.563	(594)	1.652	3.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares reais

	Trimestre		Acumulado	
	01/10/2021	01/10/2020	01/01/2021	01/01/2020
	a	a	a	a
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(reapresentado)		(reapresentado)
Receita operacional líquida	24.319	16.561	68.783	59.859
Outras receitas	29	(96)	36	187
	24.348	16.465	68.819	60.046
Insumos adquiridos de terceiros				
(-) Custo de construção	(9.375)	(1.819)	(9.128)	(1.819)
Serviços de terceiros	(1.152)	(1.129)	(4.488)	(5.223)
Materiais	(88)	-	(396)	(29)
Outros custos operacionais	(114)	(16)	(334)	(355)
	(10.729)	(2.964)	(14.346)	(7.426)
Valor adicionado bruto	13.619	13.501	54.473	52.620
Depreciação e Amortização	(10)	(10)	(42)	(39)
Valor Adicionado Líquido Produzido	13.609	13.491	54.431	52.581
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	401	91	912	492
Valor adicionado total a distribuir	14.010	13.582	55.343	53.073
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores	121	132	483	525
Tributos	498	(10.932)	1.702	(7.463)
Remuneração de capitais de terceiros	794	(255)	2.738	2.514
Remuneração de capitais próprios (lucro do período)	12.597	24.637	50.420	57.497
Valor adicionado distribuído	14.010	13.582	55.343	53.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (“TMT” ou “Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 26 de novembro de 2012 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria nº113, Pav 5, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que tem por objeto social a implantação e exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. A concessão

Em 19 de dezembro de 2012, o Consórcio Triângulo Mineiro foi declarado vencedor do Leilão público nº 07/2012, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo para aquisição da concessão de transmissão de energia elétrica referente ao Lote D.

Em 14 de agosto de 2013 a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 004/2013 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos. Em 21 de dezembro de 2016, a Companhia entrou em operação comercial, data de emissão do Termo de Liberação pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que passou a ter direito ao recebimento da Receita Anual Permitida, consoante dispõe o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 454, de 18 de outubro de 2011.

O Lote D é formado pela subestação Marimbondo II - Assis, pelas linhas de transmissão 500 kV com extensão aproximada de 296.5 Km, com origem na Subestação Marimbondo II e término na Subestação Assis; com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, entradas de linhas, interligações de barramentos, demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A finalidade do empreendimento é contribuir para o escoamento da energia a ser gerada na Usina de Belo Monte, além de permitir o despacho máximo disponível das usinas já licitadas do rio Teles Pires e um intercâmbio para a região sul de 9 mil megawatts.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em aproximadamente R\$ 29.010 (vinte e nove milhões e dez mil reais) valor histórico. A RAP será corrigida anualmente, pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir do leilão. O valor da RAP reajustada para o ciclo 2021/2022 conforme Nota Técnica nº 149/2021 – SGT/ANEEL, de 02/07/2021 é de R\$ 45.595 (quarenta e cinco milhões e quinhentos e noventa e cinco mil). O Lote D encontra-se em operação comercial desde o dia 21 de dezembro de 2016.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida à companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Contas a receber ativo contratual”.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

1.2. Surto do novo Coronavírus (COVID-19)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impactos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 02 de março de 2022.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A Companhia revisou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 01 de janeiro de 2022 e nenhum efeito relevante foi percebido.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

- **Ativo de Concessão – contratual** – A Companhia classificou seu ativo de concessão como ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47/IFRS 15 e do CPC 48/IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das margens de construção e de operação e manutenção. A Companhia, com base nos estudos elaborados, aplicou as orientações do referido Ofício nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, com os efeitos sendo ajustados retrospectivamente, conforme detalhado na nota explicativa 3.15.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento inferior a 90 dias, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido as imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Ativo contratual” e “Contas a receber”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Fundos vinculados”.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Fornecedores” e “Empréstimos e financiamentos”.

3.8. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Tributação

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,0%;

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada pelo regime de lucro presumido, considerando as seguintes premissas:

- Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita;
- Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de contribuição social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de caixa.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.12. Encargos regulatórios

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):

O valor da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.13. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem. A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 8,86% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido no contrato de concessão. As correções monetárias são calculadas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento.

3.14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por Ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por Ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

3.15 Reapresentação dos saldos comparativos

A Companhia identificou reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, bem como revisou as premissas utilizadas para o cálculo de seu ativo de contrato de concessão conforme orientação da CVM através do Ofício Circular nº. 04/2020 de 01 de dezembro de 2020, que forneceu orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação da taxa implícita de desconto sobre os ativos de contrato de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração do Resultado da receita de remuneração dos ativos de concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função das alterações na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração do capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a margem e taxa de remuneração do projeto (taxa implícita). Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: R\$107.950 mil, como efeito de anos anteriores registrados no patrimônio líquido com reflexo contabilizado no Ativo Contratual.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, a partir de 01 de janeiro de 2020, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

	Antes das correções 31.12.2020	Impactos da correção	Após os efeitos 31.12.2020
Balanco Patrimonial			
Ativo			
Ativo Contratual (Ativo circulante)	41.429	(4.140)	37.289
Ativo Contratual (Ativo não circulante)	416.166	76.362	492.528
Total	457.595	72.222	529.817
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros a realizar	113.065	45.863	158.928
Reserva legal	8.873	1.321	10.194
Reserva especial	29.584	25.038	54.622
Total	151.522	72.222	223.745
Demonstração do resultado			
Receita de operação e manutenção	6.415	312	6.727
Receita de atualização do ativo financeiro	27.372	26.044	53.416
Lucro líquido do exercício	31.141	26.356	57.497
Demonstração do resultado abrangente			
Lucro líquido do exercício	31.141	26.356	57.497
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Reserva de lucro a realizar	113.065	45.864	158.929
Reserva legal	8.873	1.321	10.194
Reserva especial	29.584	25.038	54.622
Demonstração do valor adicionado			
Receita operacional líquida	33.503	26.356	59.859
Lucro líquido do exercício	31.141	26.356	57.497
Demonstração dos fluxos de caixa			
Lucro líquido do exercício	31.141	26.356	57.497
Ativo financeiro da concessão	7.160	(26.356)	(19.196)

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

	Antes das correções 01.01.2020	Impactos da correção	Após os efeitos 01.01.2020
Balço Patrimonial			
Ativo			
Ativo contratual	40.952	(4.913)	36.039
Outros ativos circulantes não afetados	13.948	-	13.948
Total ativo circulante	54.900	(4.913)	49.987
Ativo contratual	423.803	50.779	474.582
Outros ativos não circulantes não afetados	13.288	-	13.288
Total ativo não circulante	437.091	50.779	487.870
Total	491.991	45.866	537.857
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros a realizar	116.065	45.863	161.928
Reserva legal	7.316	3	7.319
Outras linhas não afetadas	246.043	-	246.043
Total	369.424	45.866	415.290

Todos os valores apresentados nos quadros acima se referem ao impacto do ofício circular CVM nº. 04/2020 de 01 de dezembro de 2020, após revisão das premissas e adoção das orientações elencadas no referido ofício.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos conta movimento	479	3.970
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.951	6.808
Total	12.430	10.778

As disponibilidades financeiras referentes ao investimento ainda não realizado, estão aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, na modalidade Títulos Compromissados, cujo rendimento é de 100% (cem por cento) da média de fechamento diário do Certificado de Depósito Interbancário – CDI Over, e possuem liquidez diária. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

5. Fundos vinculados

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação CEF reserva	13.108	12.743
	13.108	12.743

Valor depositado em garantia conforme estabelece o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes, e de Administração de Contas e Outras

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Avenças, firmado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal e os acionistas Furnas e FIP Caixa Milão, em 09/09/2015. O rendimento médio para 31 de dezembro de 2021 foi de 92,2% da CDI (76,6% em 31 de dezembro de 2020).

6. Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Concessionárias e Permissionárias	2.709	4.425
	<u>2.709</u>	<u>4.425</u>

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ONS – Operador Nacional do Sistema.

7. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- I. Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- II. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão:

TRAF (a)	Saldo em 31/12/2020	Juros, Atualizações monetárias e outros (b)	Recebimentos (c)	Adições (d)	Saldo em 31/12/2021
8,86 % a.a	529.817	61.922	(44.248)	9.128	556.619
Circulante	37.289				41.557
Não Circulante	492.528				515.062

- (a) Refere-se a taxa real de remuneração do ativo contratual da concessão – TRAF. No início da concessão, a TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o exercício de construção. Após a entrada em operação comercial a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.
- (b) A Receita de remuneração dos ativos da concessão é o resultado da multiplicação do saldo do ativo contratual por uma taxa de juros (TRAF). A correção monetária do ativo contratual é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. Nesta rubrica contém também a receita de Operação e Manutenção, resultante da aplicação de 14,3% sobre o valor da receita faturada (AVC) do exercício, e sua margem de 10%.
- (c) Reflete a parcela do faturamento da receita anual permitida (RAP) como também da revisão anual das premissas utilizadas no julgamento e elaboração do cálculo do ativo contratual. A Companhia tem por prática contábil reavaliar anualmente o cálculo do ativo contratual por se tratar de uma estimativa contábil.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

- (d) Refere-se a implementação do circuito fechado de televisão nas subestações da companhia e instalação de defensas de estais nas linhas de transmissão, além das provisões feitas para conclusão dos processos fundiários e aquisição de sobressalentes para as linhas de transmissão e subestação (valores estes que não haviam sido provisionados no momento da unitização).

Após a implantação da infraestrutura constante do Contrato de Concessão, a contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação de infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço daquela existente e que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Imobilizado

	31/12/2021			31/12/2020
	Taxa	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Administração Imobilizado em Serviço				
Máquinas e equipamentos	5,91%	364	(112)	252
Móveis e utensílios	4,81%	5	(1)	4
		369	(113)	256

a) movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	31/12/2020	Adições	Depreciação	Baixa	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	261	19	(28)	-	252
Móveis e utensílios	4	-	-	-	4
	265	-	(28)	-	256

9. Fornecedores e outras obrigações

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores diversos	81	113
	81	113

As outras obrigações possuem a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e Permissionárias ¹	60	520
Provisão de Servidão ²	11.823	9.459
Provisão de Sobressalentes ³	6.808	-
	18.691	9.979

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

¹ O grupo de contas de concessionárias e permissionárias é composta por adiantamento de pagamento de RAP (clientes) e depósitos bancários não identificados;

² Os saldos de provisão de servidão referem-se a despesas incorridas de cartório e honorários advocatícios bem como pela provisão de servidão administrativa dos processos de indenização, com decisão favorável ao reclamante ou com probabilidade de perda no exercício de 2021. Como ainda cabe recurso sobre o tema, o valor ainda não foi quitado.

³ Os saldos de provisão de sobressalentes se referem aos valores que serão incorridos após o período de construção para aquisição de sobressalentes para manutenção das atividades da companhia, baseado nas boas práticas do mercado.

10. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Econômica Federal	24.418	23.664	29.707	54.004
	24.418	23.664	29.707	54.004

b) Detalhamento

Financiamento no total R\$ 141.510, contratado com a Caixa Econômica Federal no âmbito da Linha de Financiamento para Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA Equipamentos, assinado em 30/12/2013. O financiamento carência de 36 meses para o principal, contados da data de assinatura do contrato, e amortização em 84 meses ao fim do exercício de carência, na modalidade Tabela Price. A taxa de juros para todo o contrato é de 3,5% a.a., pré-fixada.

Financiamento no total de R\$ 21.184, contratado com a Caixa Econômica Federal no âmbito da Linha de Financiamento para Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA Infraestrutura, assinado em 09/09/2015. O financiamento tinha carência de 24 meses para o principal, contados da data de assinatura do contrato e amortização em 96 meses ao fim do exercício de carência, na modalidade Tabela Price. A taxa de juros para todo o contrato é de 135,60% a.a. da taxa média diária do CDI.

As principais garantias para ambos os contratos incluem:

- Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios oriundos da RAP (Receita Anual Permitida) em conta específica (conta centralizadora) na Caixa Econômica Federal;
- Alienação Fiduciária de 100% das ações da Companhia;
- Constituição de Conta Reserva no montante equivalente à 3 parcelas do financiamento;
- Constituição de Conta Reserva Especial;
- ESA (Equity Support Agreement) até o Completion Financeiro do projeto;
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD na relação mínima de 1,2 vez considerando o saldo da Conta Reserva Especial e; 1,0 vez excluindo o saldo da Conta Reserva Especial.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Todas as exigências e cláusulas restritivas (“covenants”) estabelecidas no contrato de financiamento estão sendo devidamente observadas pela Companhia.

c) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro 2020	23.664	54.004	77.668
Transferência longo x curto prazo	24.297	(24.297)	-
Pagamento de encargos/amortização	(23.543)	-	(23.543)
Saldo em 31 de dezembro 2021	24.418	29.707	54.125

d) Vencimentos das parcelas

PSI – Equipamentos

<u>Ano</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	21.003
2022	21.713	21.649
2023	22.425	22.425
	44.138	65.077

FINISA – Infraestrutura

<u>Ano</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	2.661
2022	2.705	2.648
2023	2.648	2.648
2024	2.648	2.648
2024	1.986	1.986
	9.987	12.591
Total	54.125	77.668

11. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS a recolher	23	22
COFINS a recolher	109	100
Imposto de renda retido na fonte	4	8
Imposto de Renda	197	-
Contribuição Social	153	120
CSLL/PIS/COFINS	14	12
ISS retido de terceiros a recolher	10	227
INSS retido de fornecedor	27	25
ICMS a recolher	22	23
	559	537

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

12. Patrimônio líquido

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$246.043, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 246.042.500 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Fundo de Inv. em Participações Multiestratégia Milão	125.481.675	125.482	51%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	120.560.825	120.561	49%
	246.042.500	246.043	100%

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta conta é de R\$ 12.715 (R\$ 10.194 em 31 de dezembro de 2020).

b) Reserva especial

Após a constituição da reserva legal, o lucro líquido do exercício foi destinado para reserva especial no valor de R\$ 47.899 (R\$ 54.622 em 31 de dezembro de 2020) conforme incisos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/76.

c) Reserva de lucros

Os lucros apresentados em exercícios anteriores foram integralmente destinados a reserva de lucro a realizar, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76. O disposto na citada lei, estabelece que, nos anos em que os dividendos passíveis de distribuição excederam o caixa gerado pelo resultado apurado pela Companhia, a AGO pode, mediante proposta da Administração, destinar tal excesso à “reserva de lucros a realizar”. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$ 205.550 (R\$ 158.928 em 31 de dezembro de 2020).

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Esta decisão é tomada posteriormente em AGO, pois é necessário verificar a saúde financeira da companhia para que possa ser feita a distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2021, não havia decisão em relação a distribuição de dividendos por parte dos acionistas.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

13. Receita operacional líquida

	Trimestre		Acumulado	
	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receita de construção	9.375	1.819	9.128	1.819
Receita de operação e manutenção	1.647	1.814	6.960	6.727
Receita de atualização do ativo financeiro	13.874	13.491	54.962	53.416
(-) PIS sobre receita	(77)	(74)	(299)	(274)
(-) COFINS sobre receita	(358)	(339)	(1.379)	(1.263)
(-) Taxas regulamentares	(142)	(150)	(589)	(566)
	24.319	16.561	68.783	59.859

14. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

Custos operacionais:

	Trimestre		Acumulado	
	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Custo de construção	(9.375)	(1.819)	(9.128)	(1.819)
Materiais	(88)	-	(395)	(29)
Serviços de terceiros	(1.056)	(1.031)	(4.084)	(4.747)
Arrendamentos e aluguéis	(24)	(22)	(59)	(49)
Seguros	(35)	(73)	(174)	(237)
Outros Custos	(5)	(1)	(19)	(25)
Tributos	(21)	(8)	(37)	(32)
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	-	(2)
Recuperação de despesas	29	-	36	187
	(10.575)	(2.954)	(13.860)	(6.753)

Despesas gerais e administrativas:

	Trimestre		Acumulado	
	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Pessoal	(121)	(132)	(483)	(525)
Materiais	-	-	(1)	-
Serviços de terceiros	(96)	(98)	(404)	(476)

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

Arrendamentos e aluguéis	-	(3)	(3)	(27)
Seguros	(1)	(1)	(3)	(66)
Tributos	(28)	(5)	(39)	(15)
Depreciação e amortização	(10)	(10)	(42)	(39)
	<u>(256)</u>	<u>(249)</u>	<u>(975)</u>	<u>(1.148)</u>

15. Resultado financeiro líquido

	Trimestre		Acumulado	
	01/10/2021 a 31/12/2021	01/10/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	397	91	898	480
Outras receitas financeiras	4	3	14	15
	<u>401</u>	<u>94</u>	<u>912</u>	<u>495</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(666)	(681)	(2.541)	(3.154)
Outras despesas financeiras	(128)	207	(197)	(89)
	<u>(794)</u>	<u>(474)</u>	<u>(2.738)</u>	<u>(3.243)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(393)</u>	<u>(380)</u>	<u>(1.826)</u>	<u>(2.748)</u>

16. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	45.968	45.968	42.095	42.095
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	<u>3.677</u>	<u>5.516</u>	<u>3.368</u>	<u>5.051</u>
Receitas financeiras	912	912	495	495
Outras receitas	-	-	2	2
Base de cálculo	<u>4.589</u>	<u>6.428</u>	<u>3.865</u>	<u>5.548</u>
Alíquotas utilizadas para cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>1.123</u>	<u>579</u>	<u>943</u>	<u>499</u>

17. Provisão para contingências

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Na data do balanço, a Companhia possui os seguintes riscos de contingência:

a. Contingências trabalhistas e cíveis

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e análise das demandas judiciais pendentes, identificou processos trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda possível.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia responde como “Responsável Solidária” junto à Indústria de Construções e Montagens Ingelec – S.A. – Incomisa em três processos de natureza trabalhista cuja os valores de perda estão estimados em R\$ 368 (R\$ 209 em 31 de dezembro de 2020).

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

18.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Os principais instrumentos financeiros a seguir estão apresentados:

	Classificação	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros			
Caixas e equivalentes de caixa	Custo amortizado	12.430	10.778
Contas a receber	Custo amortizado	2.709	4.425
Fundos vinculados	VJR	13.108	12.743
Ativo financeiro da concessão	Custo amortizado	556.619	529.817
		584.866	557.763
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	81	113
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	54.125	77.668
		54.125	77.668

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

18.2 Gestão dos riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

a) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber (Concessionárias e permissionárias), a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

b) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

c) Riscos de mercado

- **Risco de taxas de juros:** decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.
- **Risco de preço:** as receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada cinco anos, limitada a três revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

d) Riscos operacionais

- **Riscos regulatórios:** Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia, assim como nas demais companhias de transmissão.
- **Risco de interrupção do serviço:** Em caso de interrupção do serviço, a Companhia

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

estará sujeita à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

- **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas:** Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

19. Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Companhia possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

Empresas	Natureza da operação	31/12/2021			31/12/2020		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Uso da rede elétrica	58	-	1.077	90	-	1.108
Total		58	-	1.077	90	-	1.108

Os valores apresentados em relação à Furnas Centrais Elétricas S.A. se referem a utilização, por parte de Furnas, da rede elétrica em posse da Companhia.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores. A aprovação da remuneração anual global se deu na AGO de 20 de abril de 2021.

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	382	375
Encargos Sociais	100	99
Benefícios	1	51

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

483

525

20. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Pottencial Seguradora	
APÓLICE:	0306920219907750487602000
TIPO:	Seguro Garantia ANEEL
MODALIDADE:	Licitante
VALOR SEGURADO:	R\$ 13.409.902,25
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 53.639,61
EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA:	14/04/2021 a 14/04/2023

Esze Seguros	
APÓLICE:	1031003000098
TIPO:	Seguro D&O
MODALIDADE:	Responsabilidade civil administradores e diretores
VALOR SEGURADO:	R\$ 30.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 3.741,60
EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA:	30/06/2021 a 30/06/2022

Fairfax Brasil Seguros	
APÓLICE:	1001800001555
TIPO:	Seguro compreensivo empresarial
MODALIDADE:	Licitante
VALOR SEGURADO:	R\$ 98.668.240,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 98.521,27
EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA:	30/06/2021 a 30/06/2022

Chubb Seguros	
APÓLICE:	1751003690228
TIPO:	Seguro responsabilidade civil geral
MODALIDADE:	Licitante
VALOR SEGURADO:	R\$ 15.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 14.294,12
EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA:	30/06/2021 a 30/06/2022

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. – TMT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

21. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Henrique Alves de Figueiredo Dias
Diretor Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro

Antônio Costa e Costa
Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cintia Frey Faquin
Contadora CRC-SC 044102/O-0